



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em unânime Discussão
Por: unanimidade
Plenário: 02/03/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.^a Alba Leal

Ata da Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, vice-presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o **GRANDE EXPEDIENTE. TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PRD)** prestou contas de viagem realizada à cidade de Belém, onde esteve acompanhado do vereador Enfermeiro Joziel Colares (PRD) e do secretário municipal de Juventude, Esporte e Lazer, Pedro Henrique, em agenda voltada à captação de recursos para a Copa Santarena de Futsal. Relatou que, durante a visita à Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, o grupo percorreu diversos gabinetes em busca de apoio para o evento esportivo. Agradeceu a receptividade da deputada estadual Maria do Carmo (PT), e expressou reconhecimento ao deputado estadual João Pingarilho (MDB), que contribuiu na articulação das reuniões, e ao deputado estadual Chicão (MDB), por ter destinado a maior emenda parlamentar voltada à realização do torneio. Elogiou o prefeito José Maria Tapajós e a equipe da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL), ressaltando o empenho da gestão em fortalecer o esporte municipal. Também parabenizou a equipe Tapajós Fight, que recentemente participou de competição em São Paulo, conquistando oito medalhas de ouro, enaltecendo o potencial dos jovens atletas santarenos. Por fim, fez um apelo ao setor privado, incentivando empresários locais a patrocinarem e apoiarem o esporte. A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** comunicou que protocolou dois pedidos de criação de comissões especiais na Câmara Municipal de Santarém. Informou que a primeira comissão tem como objetivo acompanhar os processos de demarcação e reconhecimento de territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação, bem como outros procedimentos administrativos que resultem no reordenamento territorial do município. Explicou que a comissão atuará de forma fiscalizadora e técnica, diante das mudanças territoriais que impactam Santarém. A segunda comissão proposta visa acompanhar e avaliar as atividades da empresa Águas do Pará, responsável desde novembro pela execução do esgotamento sanitário e do abastecimento de água no município, após assinatura de contrato com o Governo do Estado. Também convidou os demais parlamentares para uma audiência pública marcada para o dia 11 de março, com a presença de representantes da Águas do Pará, que tem por objetivo discutir metas, planos de execução e prazos de implementação dos serviços de água e esgoto em Santarém. O vereador **RENILSON VINTE (PSD)** reafirmou sua posição contrária à terceirização do pessoal de apoio da rede municipal de educação. Ele informou que vem dialogando com o Sindicato dos Professores - SINPROSAN sobre o tema e que protocolará uma indicação ao prefeito solicitando a revogação do contrato de terceirização. Argumentou que o contrato representa um custo elevado, direcionando recursos públicos a uma empresa de outro estado, sem garantias de melhorias para os trabalhadores. Segundo ele, o modelo atual gera perdas para os servidores, especialmente aqueles que atuam em serviços gerais, que deveriam ter melhores condições e valorização. Defendeu que a SEMED – Secretaria Municipal de Educação tem capacidade para administrar esse pessoal, evitando gastos desnecessários e mantendo o recurso na cidade. Também relatou uma vistoria na escola do Juá, recém-inaugurada, onde observou problemas estruturais no telhado, em virtude de telhas de barro onduladas que permitem a entrada de morcegos, o que pode causar danos à saúde dos alunos e exigir futuras reformas. Sugeriu que as novas construções passem a utilizar telhas de alumínio, por serem mais leves, econômicas e duráveis. Encerrou pedindo mais atenção do poder público com os recursos da educação, reforçando que devem ser aplicados de forma eficiente. O vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** informou que protocolou três projetos de lei, elaborados a partir de diálogos com associações, entidades e moradores de diversas comunidades de Santarém. Relatou que um desses projetos trata do aumento do uso de jogos eletrônicos e apostas por jovens e adolescentes, especialmente por meio de celulares e computadores. Frisou que a questão tem sido associada a consequências como dependência comportamental, endividamento e prejuízos à educação dos jovens, pois, estudos no Brasil mostram que muitos adolescentes têm acesso a plataformas de



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

apostas e a “ludomania” já é considerada uma questão de saúde pública, com impactos na vida emocional, social e familiar dos envolvidos. Nesse contexto, enfatizou que o projeto prevê a instituição de uma política pública no município, voltada às escolas públicas e privadas, com ações educativas e preventivas que possam identificar, acolher e orientar jovens envolvidos com jogos e apostas, bem como envolver suas famílias no processo de apoio e conscientização sobre o problema. O vereador destacou que a proposta foi construída com base em dados, conversas com psicólogos, educadores e profissionais que lidam com adolescentes neste contexto e que o objetivo central é promover uma intervenção precoce e integrada entre educação, saúde e família, para reduzir os impactos negativos dessa prática no desenvolvimento dos estudantes. O vereador **ALBERTO PORTELA (UNIÃO BRASIL)** aproveitou para convidar a população dos bairros Santa Clara e Vigia para participar do evento Prosperar Família, promovido pelo deputado federal Pinto Itamaraty, que ocorrerá no próximo sábado na Escola Municipal Moaci Machado. Segundo ele, a ação oferecerá serviços de cidadania, saúde, esporte e beleza, fortalecendo o vínculo comunitário na região beneficiada com a nova escola. Em seguida, anunciou a moção de aplausos à Arquidiocese de Santarém, pela abertura da Campanha da Fraternidade 2026, cujo tema é “Fraternidade e Moradia” e o lema “Ele veio para morar entre nós”. Destacou a pertinência do tema, considerando o aumento de projetos habitacionais em Santarém, como o Minha Casa, Minha Vida nos bairros Floresta e São José Operário. Ressaltou ainda a importância de ampliar esses programas, com indicação especial para atender idosos sem moradia, propondo inclusive a possibilidade de um projeto de lei voltado a essa finalidade. Por fim, propôs a criação de uma comissão em defesa da mulher, com o objetivo de atuar na proteção, acolhimento e promoção da saúde mental e emocional das mulheres santarenas. Frisou que a iniciativa também pretende incluir ações voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, articulando parcerias com órgãos municipais, estaduais e federais. O vereador **ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** alertou sobre o aumento dos casos de dengue na comunidade do Tabocal e região do Planalto santareno. Ele informou que a situação é preocupante e que uma força-tarefa está sendo organizada com a Secretaria Municipal de Saúde de Santarém, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SEMURB) e a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP), contando também com o apoio da assessoria do Planalto, para reduzir a proliferação do mosquito na localidade. Relatou que diversos casos já foram confirmados na comunidade e que, em apenas um dia, dez novos diagnósticos foram registrados, número considerado alarmante. Ele também lamentou o falecimento da senhora Antônia de Freitas Oliveira, ocorrido no último domingo, vítima de complicações da doença, possivelmente por dengue hemorrágica. Destacou que, diferentemente de anos anteriores, quando a doença se concentrava em áreas urbanas com acúmulo de água parada, a dengue tem avançado para comunidades rurais, o que exige novas estratégias de enfrentamento. Segundo ele, a ação integrada prevista para esta semana inclui mutirões de limpeza, retirada de entulhos, testagem da população e mobilização comunitária, com participação das escolas e lideranças locais. Ele afirmou que o mesmo tipo de mobilização será levado a outras comunidades rurais onde já há registro crescente de casos. A vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)** destacou a missa celebrada no Residencial Salvação que marcou o início da Campanha da Fraternidade, cujo tema deste ano é “Fraternidade e Moradia”. Ressaltou a relevância do tema, especialmente diante da necessidade de moradia digna para famílias santarenas, e elogiou o prefeito José Maria Tapajós pelo empenho na ampliação de programas habitacionais no município. Citou os empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida em Santarém, como exemplos do comprometimento da gestão municipal com políticas de habitação. Em seguida, relatou sua participação em uma blitz na rodovia PA-370, organizada por moradores de comunidades como Jacamim, em protesto contra o alto número de acidentes. Lembrou que, em abril de 2024, participou de audiência pública sobre o mesmo tema, e informou que o Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas já concluiu estudos de viabilidade para a instalação de faixas e dispositivos de segurança viária na rodovia. Anunciou que, na próxima semana, viajará a Belém acompanhada do deputado estadual João Pingarilho, para reuniões no CETRAN-PA e no DETRAN-PA, com o objetivo de acelerar a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

execução dessas medidas de segurança, principalmente nos trechos urbanos da rodovia, onde ocorrem mais acidentes. Por fim, informou a confirmação de emenda parlamentar do deputado João Pingarilho para reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jacamim. Encerrou agradecendo o prefeito Tapajós e o deputado Pingarilho pela sensibilidade e compromisso com a melhoria da saúde pública. A vereadora Enf. **ALBA LEAL (MDB)** informou que esteve no bairro Bela Vista na última sexta-feira acompanhando os preparativos para a instalação de uma nova UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil), atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade. Segundo ela, crianças já estão matriculadas, e o secretário Nélio Aguiar está coordenando os ajustes necessários para o funcionamento do espaço provisório, enquanto já existe uma área destinada à futura construção da unidade definitiva. Também destacou a importância da regularização fundiária do bairro Bela Vista, informando que protocolou pedido junto à secretaria responsável para viabilizar o estudo técnico e formalizar a nomenclatura da localidade. Relatou ainda visita à Rua Riachuelo, no bairro Liberdade, onde moradores relataram infestação de caramujos que estão invadindo residências e representam risco à saúde pública. Diante disso, solicitou à Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SEMURB) a limpeza da área e à Vigilância Sanitária de Santarém uma inspeção no local. Também anunciou a realização de uma ação de Título Itinerante em três comunidades do interior: Arapixuna (17/03), Membeca (18/03) e Inanu (19/03). Frisou que a iniciativa oferecerá serviços de saúde e cidadania, fortalecendo o acesso das comunidades rurais às políticas públicas. Em seguida, compartilhou a notícia de que o deputado estadual João Pingarilho confirmou o envio de emenda parlamentar para a reforma geral da Unidade Básica de Saúde do Curuai. Por fim, convidou os parlamentares e a população para a audiência pública no distrito de Curuai, no dia 27 de março, que tratará sobre o asfaltamento da PA-257 (Translago). O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (MDB)** manifestou preocupação com o decreto federal nº 12.600/25, que autoriza estudos para a privatização do rio Tapajós. Ele destacou que essa medida representa um risco ambiental e social grave para Santarém e toda a região ribeirinha, afirmando que o tema não deve ser tratado apenas como uma pauta indígena, mas como uma causa de todos os santarenos. Ressaltou que Santarém é uma cidade ribeirinha e que a economia local depende diretamente do rio, tanto pela navegação quanto pelo turismo em Alter do Chão, conhecido internacionalmente por suas praias. Segundo ele, uma eventual dragagem do rio Tapajós, medida prevista em estudos de navegação, pode comprometer o equilíbrio natural, provocar erosões nas margens e até destruir as praias que são cartão-postal da região. Criticou o fato de o decreto ter sido editado sem consulta prévia às comunidades indígenas, ribeirinhas e à população local, contrariando o princípio da participação popular. Ele questionou quais seriam os reais impactos da dragagem, como a profundidade prevista, a extensão das obras e as possíveis consequências para o leito do rio e a maré, que já causa danos às margens de várias comunidades. O vereador observou que muitas localidades às margens do Tapajós já sofrem com erosões, sendo necessárias obras de contenção de concreto para evitar maiores prejuízos. Com a privatização, alertou, barcas de maior porte poderiam aumentar a força das ondas, agravando a situação. Ele enfatizou que sua posição não é contrária ao desenvolvimento, mas sim à forma como o processo está sendo conduzido, sem transparência nem diálogo com a sociedade. Lembrou ainda o episódio das “águas verdes” do Tapajós, ocorrido em 2024, quando praias como Alter do Chão, Ponta de Pedras, Pindobal e Aramaná apresentaram coloração anormal sem explicação técnica conclusiva. Para ele, isso demonstra a fragilidade dos ecossistemas aquáticos e o risco de novos impactos irreversíveis caso a privatização avance. Concluiu pedindo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogue o decreto nº 12.600/25, até que sejam feitos estudos claros, transparentes e participativos, com ampla discussão junto às comunidades afetadas, por que até o momento não consegue ver o que a privatização do Rio Tapajós pode trazer de bom para a região. **TEMPO DE BANCADA:** O vereador Enf. **MURILO TOLENTINO (PRD)** iniciou reconhecendo a complexidade do debate sobre o decreto nº 12.600/25, que autoriza a dragagem do rio Tapajós. Esclareceu que o decreto é uma decisão unilateral do Poder Executivo Federal, sem apreciação pelo Congresso Nacional, e ressaltou que não é contra o desenvolvimento, mas sim a favor de um

desenvolvimento responsável e equilibrado, que respeite as comunidades locais. Enfatizou que o Rio Tapajós é fonte de sustento para pescadores e ribeirinhos, parte essencial da cultura indígena e símbolo turístico internacional de Santarém, com destaque para Alter do Chão e outras praias como Ponta de Pedras e Aramanaí. Ele questionou quem assumirá a responsabilidade caso as águas percam sua transparência e os trabalhadores do setor turístico sejam prejudicados. Também abordou o aspecto constitucional e cultural da medida, lembrando que a Constituição Federal garante aos povos indígenas o direito à consulta prévia, o que não foi respeitado. Ele cobrou transparência e apresentação de estudos técnicos confiáveis, afirmando que até o momento nenhum levantamento científico foi apresentado à Câmara ou à população. Comentou sobre o protesto indígena realizado recentemente em Santarém, afirmando que apoia as manifestações pacíficas, mas repudia qualquer forma de hostilidade ou ameaça, referindo-se ao episódio em que o vereador Malaquias teria sido intimidado durante as manifestações. Ele expressou solidariedade ao colega, declarando que votaria contra qualquer tentativa de cassação de seu mandato e pedindo maior presença policial na área dos protestos, onde, segundo ele, há relatos de comportamentos inadequados. Por fim, reafirmou sua posição contrária à dragagem do rio Tapajós, enquanto não forem apresentados estudos de impacto ambiental transparentes e técnicos, defendendo que o debate ocorra com diálogo, respeito e base científica, em benefício do meio ambiente e das comunidades que dependem do rio. O vereador Enf. **JOZIEL COLARES (PRD)** também mencionou sobre o decreto nº 12.600/2025, que autoriza a dragagem do rio Tapajós, reforçando sua posição contrária à medida e manifestando preocupação com o agravamento dos conflitos sociais e ambientais decorrentes dessa decisão. Relatou ter recebido, um vídeo do líder indígena Cacique Rogério Arapiuns, concedendo prazo até quinta-feira para que o governo federal, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se posicionem sobre a revogação do decreto, sob ameaça de intensificação das manifestações. Com autorização do presidente, o vereador fez a exibição do vídeo, em seguida, criticou a postura do governo federal, afirmando que o decreto foi imposto sem diálogo com a população local, comunidades ribeirinhas ou povos indígenas, e que a situação demonstra falta de sensibilidade política diante de um tema que impacta profundamente o meio ambiente e a cultura regional. Destacou que não é contra o desenvolvimento, mas contra um modelo de progresso que não respeita o território, o povo e os recursos naturais do Tapajós. Finalizou fazendo um apelo para que o governo federal revogue o decreto nº 12.600/2025, antes que o conflito se agrave e traga consequências irreversíveis à ordem pública e à imagem de Santarém. O vereador **ANDREO RASERA (PL)** destacou a inauguração do diretório municipal do Partido Liberal (PL) em Santarém, realizada no último dia 20. Informou que o novo diretório do PL tem como presidente o ex-vereador JK do Povão, ele próprio como vice-presidente, Nerivaldo César como secretário e Flávio Taxista como tesoureiro. Na sequência, relatou reuniões recentes com o prefeito José Maria Tapajós, nas quais tratou de reivindicações dos agentes comunitários de saúde (ACS). Segundo ele, o prefeito demonstrou disposição em resolver as demandas da categoria, tendo encaminhado expediente ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) solicitando parecer sobre o pagamento de incentivos previstos em norma federal. Caso o parecer seja favorável, o repasse deverá ocorrer até outubro deste ano. Também relatou encontro com lideranças de bairros da Zona Leste, incluindo Prainha, Uruará, Santana, Livramento, São José Operário e Vigia, para discutir pautas do Plano Plurianual (PPA) e demandas locais como reformas de escolas e UBS, ampliação de creches e saneamento básico. Ele elogiou o prefeito pela receptividade e pela disposição em ouvir as associações comunitárias. Em seguida, demonstrou preocupação com a segurança da navegação no rio Tapajós, especialmente devido ao aumento do número de boias fundeadas por embarcações de transporte de grãos. Alertou que muitas boias estão sem iluminação ou pintura refletiva, o que pode provocar acidentes graves, especialmente à noite. Ele informou que já protocolou dois pedidos de informação, um à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e outro à Capitania dos Portos de Santarém, para esclarecer responsabilidades e buscar soluções. O parlamentar ainda abordou o atraso na obra da Policlínica Regional de Santarém, construída no



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

espaço do Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA). Segundo ele, uma nova placa instalada pela empresa responsável informa que o prazo de entrega foi ampliado de 24 para 46 meses, o que classificou como “inaceitável”. Ele anunciou que encaminhará pedido de informações ao secretário de Estado Nélio Aguiar e ao governador Helder Barbalho, pedindo explicações sobre o atraso e cobrando um novo cronograma. Ao final, reafirmou ser favorável às manifestações pacíficas dos povos indígenas e à defesa do rio Tapajós, mas destacou que o país precisa de um “desenvolvimento responsável”. Encerrando, atribuiu responsabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela crise gerada pelo decreto nº 12.600/25, que, segundo ele, “colocou em risco a estabilidade ambiental e social da região sem diálogo prévio com a população”. O vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** iniciou sua fala demonstrando indignação com críticas dirigidas à empresa Cargill no contexto das manifestações indígenas contra o decreto presidencial nº 12.600/2025, que autoriza estudos para privatização e dragagem do rio Tapajós. Afirmou que o presidente da Cargill não tem obrigação de receber qualquer pessoa, já que a empresa é privada e, portanto, tem o direito de decidir quem pode ou não acessar suas instalações. Durante sua fala, o vereador **ELIELTON LIRA (PDT)** pediu apartes para esclarecer que a dragagem do rio Tapajós é uma prática histórica, realizada há muitos anos de forma licenciada pelos órgãos ambientais competentes. Explicou que, anteriormente, os licenciamentos eram feitos pelas secretarias de meio ambiente dos municípios e do estado, conforme o trecho do rio afetado. Contudo, após a privatização da gestão do rio, essa prerrogativa foi transferida ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que passou a ser o único órgão responsável pelo licenciamento ambiental das dragagens. Destacou ainda que o IBAMA está conduzindo consultas internas e procedimentos administrativos relativos à dragagem, e defendeu que as comunidades locais e os povos indígenas devem ser ouvidos de forma adequada, mas que o processo segue regras técnicas e legais estabelecidas pela legislação ambiental federal. Retomando sua fala, o vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** aproveitou para relatar um problema envolvendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Santarém, como exemplo de burocracia e lentidão da administração pública. Segundo ele, uma empresa do bairro Maracanã protocolou em agosto do ano anterior um projeto completo para a construção de um barracão industrial, mas só recebeu resposta da prefeitura em novembro, quando a obra já estava concluída. De acordo com ele, a secretaria demorou quatro meses para se manifestar, e agora a empresa está impedida de operar por falta da licença de funcionamento, mesmo tendo cumprido suas obrigações técnicas. Classificou a situação como absurda e cobrou mais agilidade e eficiência dos órgãos municipais nos processos de licenciamento e reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento econômico de Santarém, defendendo o setor produtivo local e os empreendedores que geram trabalho e renda na cidade. Concluído o Grande Expediente, passou-se para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a votação da ata do dia 09 de fevereiro de 2026, (documento enviado anteriormente aos e-mails dos senhores vereadores) que foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, houve a leitura dos **EXPEDIENTES RECEBIDOS**: MEMO. /2026 – GAB. Ver. Alexandre Maduro (MDB) - Assunto: justificativa de ausência do vereador Alexandre Maduro nas sessões ordinárias do dia 23 e 24 de fevereiro do corrente ano, em razão de viagem previamente agendada. OFÍCIO 01/2026 - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS – Assunto: Convite para abertura da campanha de março 2026, mês da mulher, que traz como tema Mulher, tua história é de vitória. PORTARIA 092/2026 – CMS - O vereador Jander Ilson Rego Pereira, presidente da Câmara Municipal de Santarém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, resolve: artigo 1º, transferir a presidência desta Casa Legislativa ao vereador Gerlande Correa Castro, primeiro vice-presidente deste Poder Legislativo, no período de 22/02/2026 às 14:55 a 25/02/2026 até às 2:25, em que o titular Jander Ilson Rego Pereira, presidente desta Casa, legislativa assumirá o Poder Executivo, conforme determina a Portaria nº 086/2026, de 20 de fevereiro de 2026. MEMO. 08/2026 – GAB. Ver. Elita Beltrão (REPUBLICANOS) - à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santarém - Assunto: solicitação de alteração da data de audiência pública para o dia 11 de março, quarta-feira, às 9 horas, em



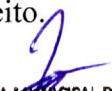
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

virtude de adequação à agenda do convidado representante da empresa AEGEA, Saneamentos e Participações SA. **CONVITE:** TCE/Pará Santarém - Programa Conversando com Controle Interno nos dias 16 e 17 de março de 2026, no Centro de Convenções Sebastião Tapajós, no município de Santarém. MEMO. 04/2026 - Comissão Processante – comunicar a suspensão impedimento da vereadora Ivanira Figueira para continuar a integrar a comissão processante instituída através da PORTARIA 001/2026, conforme documento anexo - o motivo é o parentesco da vereadora com o senhor Enedilson Lobato Pereira, Dinho Pereira, que também foi candidato pelo PL em 2024, e é atualmente primeiro suplente do edil. Portanto, a fim de afastar qualquer possível mácula, conflito de interesse ou nulidade de voto e composição da comissão, solicito de Vossa Excelência a realização de um novo sorteio durante a sessão ordinária na próxima segunda-feira, dia 23/02/2026, para a escolha do novo membro da comissão. MEMO. 07/2026 – GAB. Ver. Ivanira Figueira (PSD) para vereador Alberto Portela, presidente da comissão processante. Assunto: comunicado de suspeição, impedimento - A parlamentar que ao final assina vem perante Vossa Excelência reportar suspeição e impedimento para integrar a comissão processante instituída através da portaria nº 01/2026, referente ao processo disciplinar em face do vereador Malaquias Mottin (PL) em curso nesta casa. O motivo é o parentesco desta parlamentar com o senhor Enedilson Lobato Pereira, Dinho Pereira, que também foi candidato pelo PL em 2024, posto ser sobrinho desta vereadora e constar como primeiro suplente do edil. Outrossim, acrescente-se a sugestão de nova votação em plenário, a fim de sanar a vacância do lugar anteriormente ocupado por esta parlamentar. ***A seguir, foram encaminhados às comissões pertinentes:*** 09 (nove) projetos de lei de Terras /2026, de autoria do Poder Executivo Municipal. Projeto de Lei/2026, de autoria do vereador Alberto Portela (união), que institui o programa diz que cidade limpa no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. Projeto de Lei/2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), que institui políticas municipais de conscientização e prevenção aos riscos dos jogos de azar no âmbito das escolas da rede pública municipal e privada no município de Santarém e dá outras providências. PROJETO DE LEI/2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), que cria o sistema ciclovitário no município de Santarém - Ciclosan e dá outras providências. Projeto de Lei/2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), que institui política municipal de prevenção, combate à violência vicária no município de Santarém e dá outras providências. Projeto de Lei/2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), que fixa no calendário oficial de evento do município de Santarém, a realização da Festa do Sairé no terceiro final de semana do mês de setembro e dá outras providências. **TRABALHOS ACATADOS:** Pedido de Informação 17 e 18/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL); Pedido de Informação 19/2026, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD); Pedido de Informação 20/20256, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); Moção de Aplausos 21/2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS); Pedido de Informação 22/2026, de autoria do vereador Joziel Colares (PRD); Pedidos de Informação 23 e 24/2026, de autoria do vereador David Paiva (REPUBLICANOS); Pedido de Informação 25/2026, de autoria do vereador Elielton Lira (PDT). Em seguida, transcorreu-se para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS:** Moção de Aplausos 09/2026, de autoria do vereador Sérgio Pereira (PP); Moção de Aplausos 10/2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União); Moções de Aplausos 11 e 12/2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD). Em seguida, foi dado prosseguimento à leitura e apreciação de pedidos de cassação de mandato apresentados contra o vereador Malaquias Mottin (PL), em razão do episódio ocorrido em 5 de fevereiro de 2026, durante a manifestação indígena realizada nas proximidades do terminal portuário da Cargill Agrícola S.A., na Avenida Tapajós. Conforme anunciado pela Mesa Diretora, seriam lidos dois pedidos de cassação nessa sessão e os demais ficariam para o dia seguinte. O primeiro documento, assinado por membros da PASTORAL DA JUVENTUDE DA ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM, solicitou a instauração de processo disciplinar e consequente cassação do mandato do vereador Malaquias, sob a acusação de conduta incompatível com o decoro parlamentar e a dignidade do



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

cargo. O texto descreve detalhadamente o episódio, afirmando que o parlamentar teria avançado com seu veículo particular contra uma barreira humana formada por indígenas, o que resultou no arrastamento de uma pessoa e colocou em risco a integridade física dos manifestantes, entre eles mulheres, crianças e idosos. A representação também destacou o histórico de falas públicas do vereador questionando identidades indígenas e deslegitimando suas formas de organização, o que, segundo os autores, agravaria o caráter intimidador do ato. Após a leitura, o corregedor da Câmara, vereador Alaércio Cardoso (PSD), conduziu os procedimentos regimentais, e o plenário decidiu, por 10 votos contrários e 4 favoráveis, não admitir o pedido de cassação. Registra-se os votos favoráveis dos pares: Ivanira Figueira (PSD), Bárbara Matos (PP), Júnior Tapajós (MDB) e Enf. Alba Leal (MDB). Em seguida, foi lido um segundo pedido de cassação, protocolado por RUBINEI DE MIRANDA BRAGA (Braga dos Povos), também com base no mesmo episódio e sob alegação de quebra de decoro parlamentar. O documento fundamentava-se em registros audiovisuais e relatos de lideranças indígenas sobre o ato de violência. Contudo, os vereadores Andreo Raserá (PL) e Alaércio Cardoso (PSD) apontaram que o pedido apresentava as mesmas causas e objeto da denúncia anterior, configurando litispendência. Além disso, foi observada fragilidade processual, pois o denunciante não comprovou formalmente sua condição de eleitor do município, como exige o regimento interno. O plenário rejeitou novamente o pedido, por 11 votos contrários e 2 favoráveis. Registra-se votos favoráveis dos pares: Enf. Alba Leal (MDB) e Júnior Tapajós (MDB). Logo após as votações, o vereador Júnior Tapajós (MDB) informou que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva havia revogado o decreto nº 12.600/2025, que previa a dragagem e possível privatização do rio Tapajós, fato confirmado por publicação do ministro Guilherme Boulos. A notícia foi recebida com elogios por parte dos vereadores, que manifestaram solidariedade aos povos indígenas e reconhecimento à mobilização pacífica realizada na cidade. Na sequência, foi lido o terceiro pedido de cassação, apresentado por JUCILENE DALVA DE OLIVEIRA SOUZA, membro da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. O documento repetia o conteúdo e as fundamentações jurídicas dos anteriores, solicitando a instauração de comissão processante nos termos do artigo 16 do regimento interno e do decreto-lei nº 201/1967. Diante da ausência de quórum, registrando-se apenas a presença de 10 vereadores, o presidente em exercício, **GERLANDE CASTRO (PP)**, decidiu encerrar a sessão, determinando que a votação desse terceiro pedido e a leitura do quarto documento fossem realizadas na sessão seguinte. Feito isso, deu por encerrado os trabalhos convidando a todos para a próxima sessão. VEREADORES PRESENTES: **ALAÉRCIO MAGALHÃES CARDOSO (PSD); ALBERTO PORTELA DE SOUSA (UNIÃO BRASIL); ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA (PL); ELITA BELTRÃO DE FREITAS (REPUBLICANOS); ERLON PEREIRA ROCHA (MDB); IVANIRA DE SOUSA FIGUEIRA (PSD); JOSÉ ERASMO MAIA COSTA (UNIÃO BRASIL); BIGA KALAHARE - MÁRCIO ÁDAMOS LIMA SILVA (PT); ENF. ALBA LEAL - MARIA ALBANICE LEAL DIAS (MDB); RENILSON VINTE - RENILSON MARINHO ALVES (PSD); SÉRGIO DOS SANTOS PEREIRA (PP); URIAS PAULO PINGARILHO CASTRO (MDB); MANO DADAI - YANGLYER GLAY SANTOS MATTOS (PSB); BÁRBARA LUZIA DE OLIVEIRA MATOS (PP); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); GERLANDE CORRÊA CASTRO (PP); MALAQUIAS - MALAQUIAS JOSÉ MOTTIN (PL); JOSÉ MARIA JÚNIOR PEREIRA TAPAJÓS (MDB); ENF. MURILO TOLENTINO - MURILO JOSÉ TOLENTINO DE MATOS (PRD); ELIELTON RÊGO LIRA (PDT); ENF. JOZIEL - JOZIEL MARQUES COLARES (PRD).** VEREADORES AUSENTES COM JUSTIFICATIVA: **ALEXANDRE ALMEIDA MADURO (MDB); JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL).** E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Jander Ilson Pereira
PRESIDENTE


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.ª Alba Leal
1ª SECRETARIA


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.º Joziel Colares
2ª SECRETARIO